

Ass. Const pag. 6

Governo quer negociar fórmula para recuperar poder de ação

por Cecília Pires
de Brasília

O processo de instalação da Assembléia Constituinte, paralelamente ao funcionamento da Câmara e Senado, ou exclusiva, colocado o Congresso em recesso "branco", ou "voluntário", coloca em curso uma delicada negociação entre o Executivo e o Legislativo, na busca de um entendimento comum para se analisar as mensagens do governo, especialmente aquelas consideradas de alta relevância ou de urgência.

Para o secretário de imprensa da Presidência, Frota Neto, há um reconhecimento tácito, entre os dois poderes, de que todos os governos "têm necessidade de mecanismos ágeis de resolução, especialmente na área econômica". É preciso, no entanto, segundo lembra Frota Neto, que se encontrem instrumentos tecnicamente viáveis e politicamente possíveis para que a ação do Executivo não seja dificultada.

"A sociedade passa por um momento muito sensível em que é preciso preservar a soberania da Constituinte", adverte o secretário. Aos constituintes, no entanto, segundo lembra Frota Neto, cabem dois papéis importantes, que se resumem na participação do processo de governo, do dia a dia da administração e a elaboração de Carta Magna.

A legislação de matéria considerada relevante para esta administração cotidiana, segundo Frota Neto, deve ser decidida pelos constituintes, que vão definir a forma de funcionamento da Assembléia Constituinte definir a quem caberá o trabalho da legislação ordinária. O secretário nega que o governo, especificamente o presidente José Sarney, esteja pensando em solicitar a delegação de poderes legislativos, uma fórmula que vem sendo comentada pelo consultor geral da República, Saulo Ramos e pelo procurador geral da República, Sepúlveda Pertence.

"Diante do atual cenário, o governo não está sentindo necessidade da gestão de nenhum novo instrumento", diz Frota Neto. O decreto-lei tem uma tramitação demorada no Congresso, ao contrário de instrumentos legislativos semelhantes aos da França, por exemplo, como as ordenanças, que são mensagens do Executivo cujo período de apreciação pelo poder Legislativo é mais curto e permite emendas.

Existem ainda outras limitações do Decreto-lei, que abarca apenas matérias econômico-financeiras ou de segurança nacional. A Consultoria Geral da República tem prontos vários projetos introduzindo profundas mudanças na legislação ordinária nem todas passíveis de serem instituídas por via do decreto-lei.

"Foi uma tarefa difícil"

por Edson Beú
de Brasília

"Que votem a melhor Constituição. Porque o Brasil merece", conclamou o presidente José Sarney, no programa "Converse ao pé do rádio", levado ao ar na última sexta-feira. O presidente lembrou que "nunca, em todos os tempos, desde a Independência do Brasil, houve tanta participação e legitimidade na elaboração de uma Constituição, na formação de uma Constituinte".

José Sarney transmitiu sua palavra de fé na Constituinte, afirmando: "Vamos confiar na responsabilidade, no saber e no espírito público dos constituintes porque a Constituição de 1987 também iniciará um novo período de intenso desenvolvimento, paz e de tranquilidade". O presidente da República lembrou que o crescimento econômico do País será complementado com a consolidação da democracia. "Não há, portanto, brasileiros e brasileiras, motivos para plantar cactos em nossos corações e almas", disse Sarney,



José Sarney

referindo-se ao pessimismo manifestado por alguns setores.

O chefe de governo lembrou que 70 milhões de eleitores escolheram seus delegados constituintes num pleito representado por todos os segmentos partidários e ideológicos. O avanço democrático brasileiro, segundo explica, "foi uma tarefa de difícil engenharia política". O presidente disse orgulhar-se por ter con-

vocado a Constituinte, cumprindo uma promessa da Nova República: "O Brasil mudou e eu honrei o legado de Tancredo Neves", assinalou Sarney.

No entanto, para chegar até a Constituinte, o presidente historiou que foi preciso percorrer "um longo caminho". Nessa trajetória, disse ele, foi possível restaurar a liberdade "em todos os recantos do País", restabelecer as eleições diretas, ampliar a organização partidária e fortalecer o movimento sindical.

"Essa Assembléia Nacional Constituinte será um instrumento de mobilização da consciência nacional, para estabelecer uma lei maior. Que tenha um sentido de permanência e que seja capaz de garantir o futuro do Brasil", explicou o presidente. Mesmo assim, assegurou que o governo continuará combatendo a fome e as injustiças sociais, por considerar essa "a melhor maneira de defender a lei e garantir a ordem pública". José Sarney frisou, ainda, que sem emprego, justiça, paz e desenvolvimento "não há lei nem organização que resista".